

**Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do  
Monte do Carmo de Setúbal**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**ANO : 2015**

## 1 - Introdução

A Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Setúbal, com sede social em Avenida 22 de Dezembro, 3, com um capital social de 397.216,50 €, tem como atividade principal Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2015.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Setúbal, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

## 2 - Enquadramento Económico

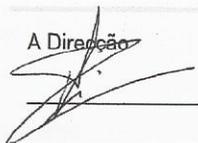
De acordo com a generalidade dos analistas, registou-se um crescimento económico moderado em 2015, ligeiramente abaixo das projeções previamente efetuadas e do crescimento registado no período homólogo. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias não terem ainda reestabelecido a confiança dos mercados, especialmente na zona euro. Este clima de incerteza é reforçado pela falta de aprofundamento de compromissos político-económicos entre os países da União Europeia (UE), pela tibieza no regresso aos mercados dos países intervencionados, e pela desaceleração das economias emergentes. O continente europeu é particularmente marcado pelo pós-enclave grego e principalmente pelo impacto social, político e económico da crise dos refugiados do médio oriente.

### 2.1. A Nível Internacional e Europeu

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a atividade económica a nível mundial terá registado em 2015 um crescimento positivo de cerca de 3% (3,1%) – ligeiramente abaixo dos valores de 2014 –, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) das designadas economias desenvolvidas apresenta uma tendência contrária, ainda que com um crescimento muitíssimo ténue, situando-se na ordem dos 1,9% (1,8% no ano anterior), contra os 4% das economias emergentes (4,6% no ano anterior). Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da zona euro, verificamos que as previsões do ano transato estavam corretas, uma vez que os EUA tiveram um ligeiro incremento da atividade económica na ordem dos 0,1% (a economia americana fechou o ano de 2014 com um crescimento de 2,5%) e, na zona euro, este foi um ano de alavancagem da economia rondando os 1,5%. Na globalidade, a economia europeia continuou a retoma de crescimento económico iniciada em 2014 (na ordem dos 0,9%), que contrastava com a destruição de valor que ocorrera no ano de 2013 (na ordem dos -0,5%).

As previsões indicam que, em 2015, os EUA continuaram o ritmo de crescimento do triénio anterior (o crescimento estimado prevê-se que ronde os 2,5%, mais 0,1% que em 2014) e a nível europeu, os valores finais apurados em 2015 apontam para sinais de retoma económica, ainda que com um crescimento de cerca de 1,5%. Esta retoma da economia europeia será mais modesta nos países cujas economias têm estado debaixo de elevada pressão, nomeadamente a dos países mais pequenos e mais periféricos, muito em resultado das suas dívidas soberanas e permanência da desconfiança dos mercados sobre a resolução da crise. A crise grega ainda que mediaticamente mais apagada continua ainda a ser um dos mais relevantes fatores-chave para a leitura macroeconómica da UE no curto e médio prazo. As tensões políticas na negociação entre os países membros e Bruxelas são fatores indutores de instabilidade económica para a macrorregião europeia, já tão economicamente fragilizada de per si.

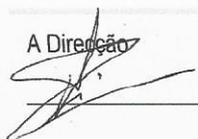
A Direção



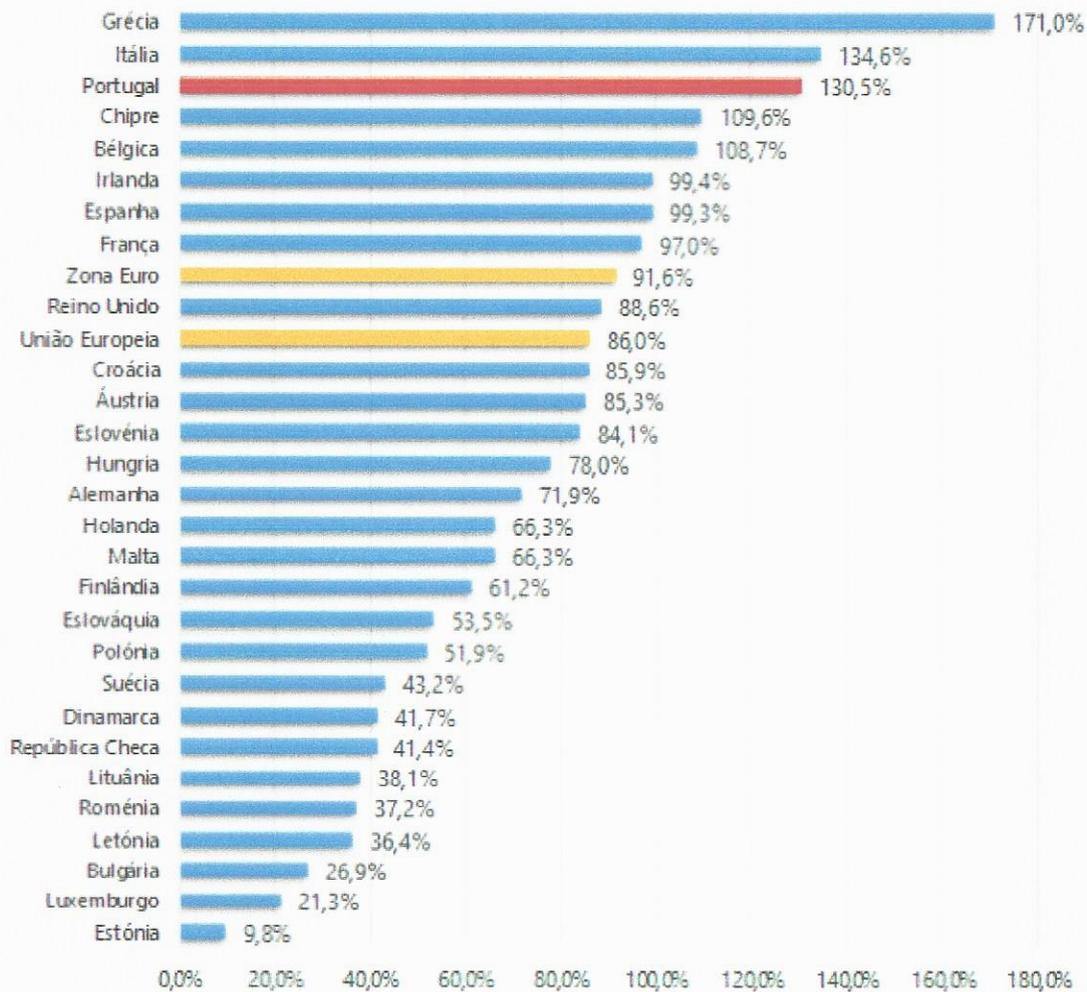
A economia chinesa tem sofrido nos últimos anos um desacelerar constante, ainda que não muito vincado, cifrando-se o PIB chinês de 2015 em níveis de crescimento inferiores aos de 2014 (7,3%). O crescimento previsto da economia chinesa estima-se que tenha alcançado os 6,9% em 2015. As duas economias emergentes mais relevantes da América Latina, o Brasil e o México, apresentam divergentes estádios nas suas trajetórias de crescimento. A economia mexicana crescerá a um ritmo superior em 0,2 pontos percentuais ao verificado no ano de 2013 (2,3% em 2014, 2,5% em 2015). O Brasil tem abrandado o seu ritmo de crescimento após uma primavera económica que prometia um crescimento mais acentuado e sustentado nos próximos anos. A economia brasileira acentuou em 2015, de forma vincada, a espiral recessiva. O decréscimo do PIB rondará, segundo as estimativas os 3,8%, reforçando desta forma a destruição de valor na economia brasileira. Ainda no que diz respeito aos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), a economia russa afundou e entrou numa recessão particularmente intensa. Enquanto que os dados de 2014 indicaram um crescimento positivo do PIB de 0,6%, em 2015 esse indicador deverá cifrar-se nos -3,8%. Segundo os mesmos apontadores do FMI, o Japão teve em 2015 um ligeiro crescimento de 0,6% do PIB que se coaduna com a estagnação existente já em 2014. De acordo com o Economist Intelligence Unit (EIU), o crescimento da economia nipónica será em média 1,1% no período 2015-2030.

Em termos de mercado cambial, o mesmo tem evoluído de forma algo instável, na linha do que tem sucedido nos anos imediatamente anteriores. No início de 2015 a cotação EUR/USD era de 1,2043 e no fim do ano a mesma cotação era de 1,0887. Na mesma linha, em 2015, o euro desvalorizou-se face ao franco suíço e face à libra esterlina, conforme dados do Banco Central Europeu (BCE). Por seu lado, o lene valorizou-se face ao euro. Em janeiro de 2015, a eliminação do limiar mínimo na cotação CHF-EUR realizada por parte do banco central suíço, fez com que a cotação do franco suíço subisse velozmente para valores próximos da paridade com o Euro, que se mantiveram ao longo de todo o ano de 2015.

Como consequência dos excessivos défices públicos dos últimos anos, a dívida pública nas designadas economias desenvolvidas continua a atingir níveis que não eram tão elevados desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados mais recentes apontam para rácios de dívida pública (em % do PIB), nos EUA de 100,5% (101,7% em 2014), 86,0% na UE (86,6% em 2014) e 91,6% na Zona Euro (91,9% em 2014). Os principais déficits europeus são apresentados na figura seguinte (dados do Eurostat relativos ao 3.º trimestre de 2015):

A Direcção  


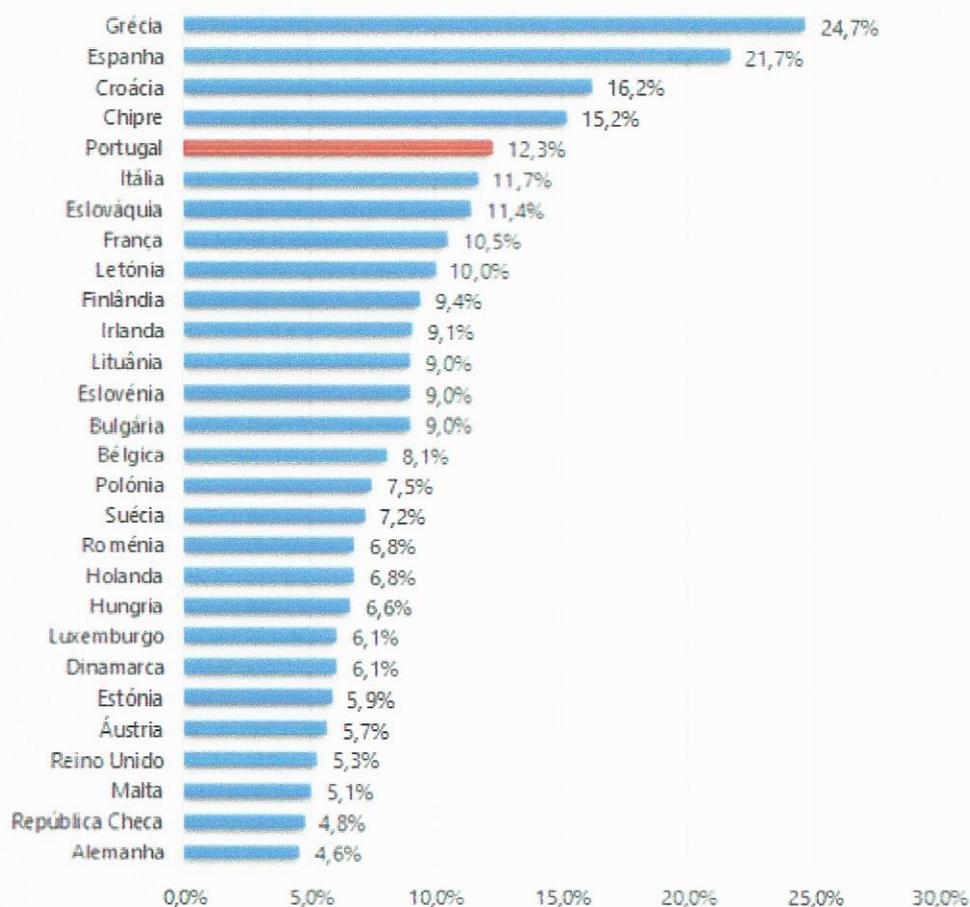
### Dívida Pública em % do PIB - 3.º Trimestre de 2015



No que concerne ao emprego, a taxa de desemprego nos EUA cifrou-se nos 5%, o que significou uma redução de mais de 1% face a 2014. Já na Zona Euro, as taxas de desemprego mantiveram-se abaixo das apresentadas em 2014, tendo-se fixado em 10,5% (novembro de 2015). As menores taxas de desemprego são observadas na Alemanha (4,6%) e na República Checa (4,8%) sendo as maiores na Grécia (24,7%) e em Espanha (21,7%). É importante realçar que a descida deste indicador em Portugal tem sido relativamente sustentada: a taxa de desemprego desceu de 15,3% no final de 2013, para 13,3% no final de 2014, e para 12,2% no final de 2015. Apresenta-se de seguida o gráfico representativo das taxas de desemprego, em percentagem, elaborado pelo Eurostat com dados do 3.º trimestre de 2015:

A Direção

## Desemprego em % - 3.º Trimestre de 2015



### 2.2 A nível Nacional

Do ponto de vista económico e social, o desempenho de Portugal revela um comportamento algo modesto, mas ainda assim promissor pela leitura que é possível obter dos últimos dados das instituições europeias e portuguesas.

Um dos principais fatores de incerteza apontados pelas instituições internacionais tem sido a instabilidade política do último quartel de 2015, que levou ao afastamento do governo da coligação PSD-CDS por acordo parlamentar entre as forças políticas que constituíram uma coligação de esquerda (PS, CDU e BE). São sobretudo apontadas críticas ao potencial nível de incerteza gerado pela decisão tripartida em várias áreas chave da ação governativa e da economia e, em que medida, as forças políticas mais à esquerda conseguirão levar avante propostas dissonantes com a orientação genérica da UE que tem sido seguida nos últimos tempos para o conjunto dos países membros.

Apesar de muito ténues, as melhorias da condição macroeconómica portuguesa fazem sentir-se nomeadamente na ligeira redução da taxa de desemprego e no crescimento positivo do PIB. Assim, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa registou em 2015 um crescimento de 1,5% no PIB, representando uma melhoria face a 2014, ano em que se observou um crescimento do PIB na ordem dos 0,9%. Os resultados agora apresentados são os mais positivos desde 2011. Esta evolução foi determinada pelo contributo mais positivo da procura interna comparativamente com o verificado no ano anterior, refletindo um crescimento mais intenso das despesas de consumo final e da desaceleração do Investimento. A procura externa líquida registou um contributo menos negativo para a

A Direção

variação homóloga do PIB, devido à aceleração das Exportações de Bens e Serviços.

A inversão da contração da procura interna do período 2011-2013, iniciada em 2014, manteve-se em 2015, apresentando este indicador um crescimento de 0,2%, face ao período homólogo, cifrando-se em 2,4%, em termos reais. O consumo privado seguiu o mesmo rumo, passando de um aumento de 2,0% em 2014 para um crescimento de 2,4% em 2015. O Investimento apresentou uma depreciação quando comparado com o ano anterior (4,3% em 2014 e 2,4% em 2015).

Em 2015, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento de 4,8% em termos reais, traduzindo-se numa aceleração comparativamente com o observado em 2014 (variação de 1,4%).

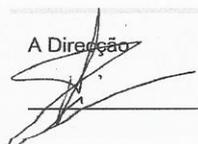
As Importações de Bens e Serviços desaceleraram em 2015, registando um crescimento de 5,7% em volume (6,4% em 2014), em resultado do crescimento menos intenso de ambas as componentes. As importações de bens apresentaram uma desaceleração mais pronunciada, enquanto as importações de serviços mantiveram um crescimento relativamente estável quando comparadas com o período homólogo.

No que diz respeito à evolução do emprego, a taxa de desemprego em Portugal atingiu, no quarto trimestre de 2014, os 12,2%, representando uma descida de 1,3% face ao período homólogo de 2014, sendo atualmente a quinta mais elevada da UE. Um dos aspetos mais preocupantes no que respeita ao mercado de trabalho é o desemprego jovem e, em particular, de jovens qualificados (118.600 pessoas). A população desempregada foi estimada em 633.900 pessoas, uma diminuição homóloga de 9,2% (menos 64.400 pessoas do que em 2014). A população empregada, estimada em 4.561.500 pessoas, verificou um acréscimo homólogo de 1,6% (mais 69.900 pessoas).

No respeito às taxas de juro (e consequentemente dos níveis de risco das obrigações do tesouro) a que a República Portuguesa se consegue financiar externamente, estas têm flutuado ligeiramente, tendo descido na segunda metade de 2015. A taxa de rendibilidade de Obrigações do Tesouro a 10 anos foi igual em janeiro e dezembro de 2015 (2,49%). O Bid-to-Cover Ratio (rácio que compara as ações de compra recebidas com as efetivamente aceites) dos leilões de dívida pública no mercado secundário tem-se reduzido, ficando ainda assim acima dos valores que as instituições financeiras consideram como sendo leilões com sucesso (2,0).

Após a conclusão, em maio de 2014, do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) que conduziu à adoção, por parte do Governo, de um conjunto de medidas para o ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural, a grande questão levantada tinha que ver com a modalidade de relacionamento com a comunidade de credores no futuro próximo. Isto é, quais os moldes em que Portugal pretendia alicerçar o seu financiamento externo: através do mercado de capitais ou, alternativamente, a despeito de o financiamento ser assegurado por investidores do setor privado, se se preconizaria uma opção assente na existência de uma rede de proteção disponibilizada pelos credores oficiais (instrumentos de recurso como a Linha de Crédito Condicionada Cautelar e o Mecanismo Europeu de Estabilidade). A avaliar pela intensidade de colocação de dívida soberana no mercado, esta decisão tenderá a assentar muito mais sobre a primeira opção. Esta opção, para além da independência económico-política na política interna, fará com que os juros pagos pelo estado português sejam tendencialmente mais baixos, levando, deste modo, a que os encargos financeiros do estado – pelo menos no que diz respeito às grandes operações de financiamento – sejam reduzidos significativamente.

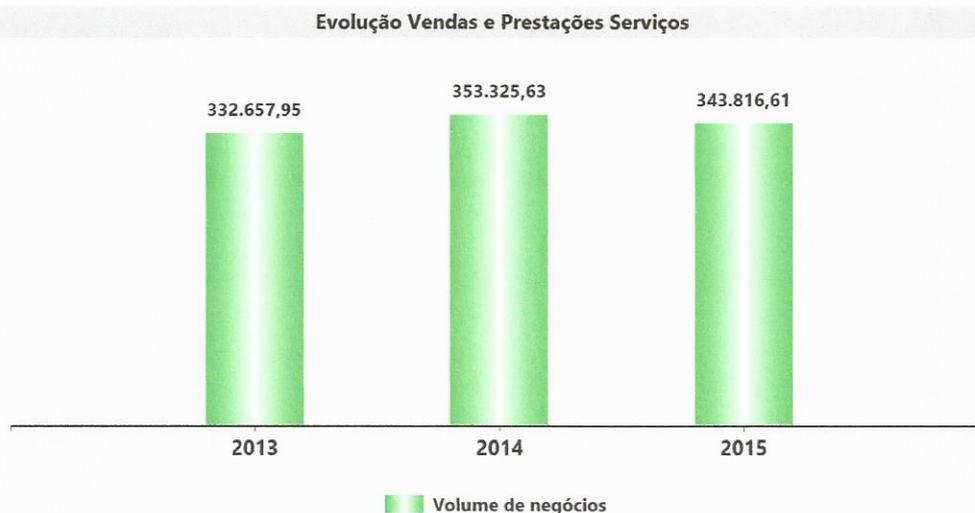
Em termos orçamentais, o défice do Estado para 2015 fixou-se aproximadamente nos 3% do PIB sem o efeito Banif, e de 4,2% considerando o impacto da venda desta instituição financeira.

A Direção  


### 3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2015 os resultados espelham uma evolução negativa da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 343.816,61 €, representando uma variação de (2,69)% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



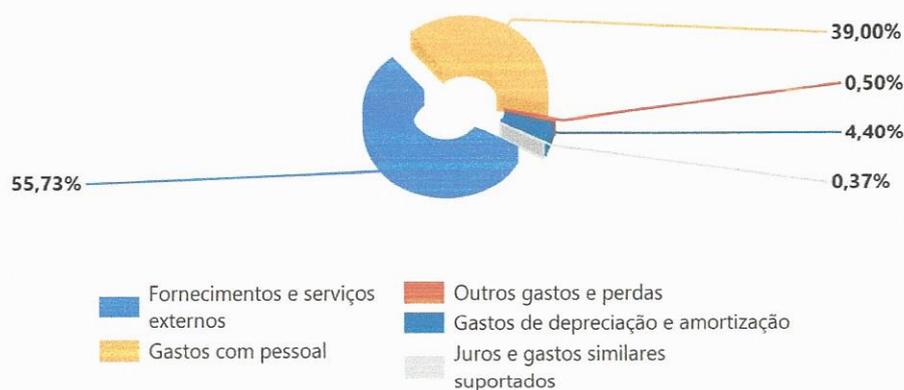
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

A Direção

**Estrutura de Gastos**



**Estrutura de Gastos Percentual**

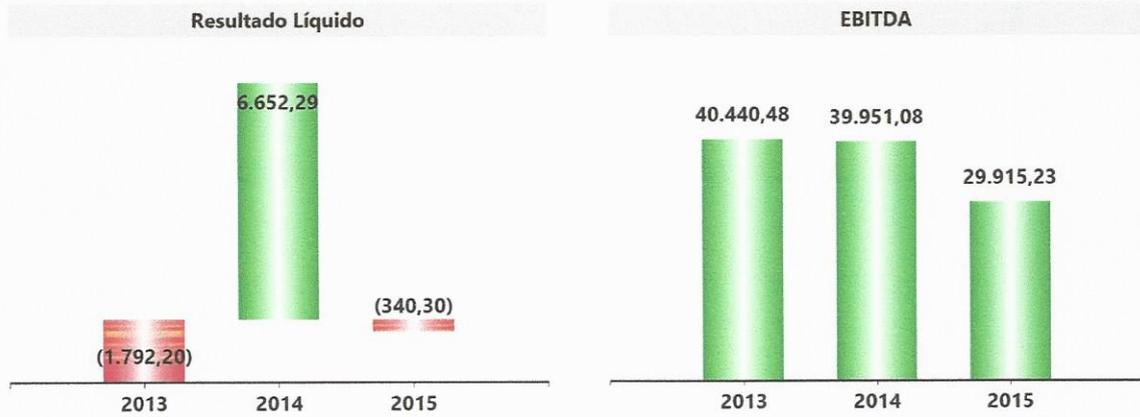


No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

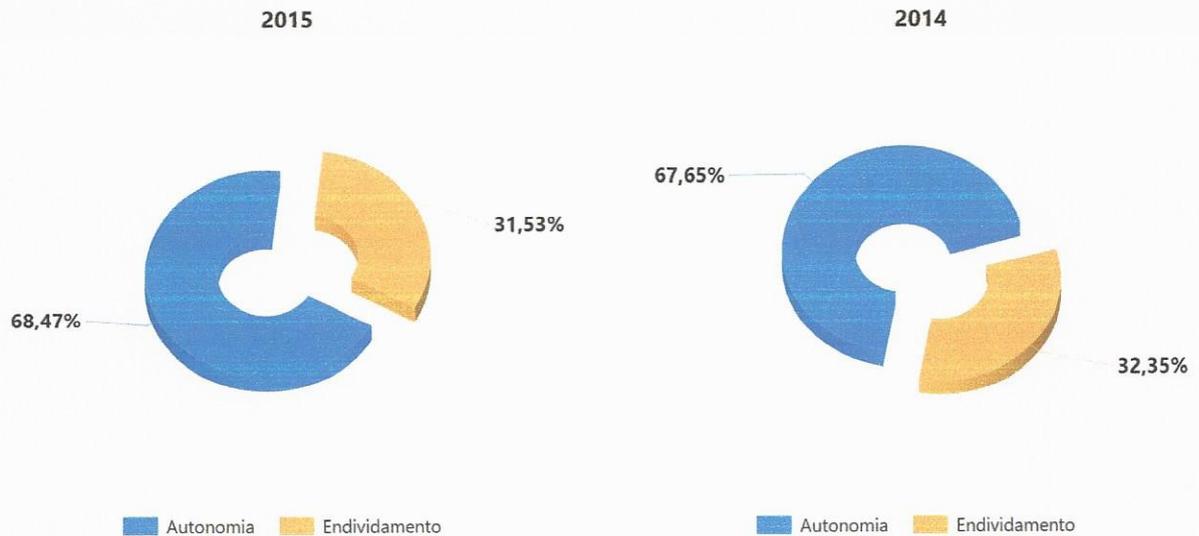
RUBRICAS	PERIODOS		
	2015	2014	2013
Gastos com Pessoal	247.372,50	231.031,84	257.948,61
Nº Médio de Pessoas	25,00	25,00	25,00
<b>Gasto Médio por Pessoa</b>	<b>9.894,90</b>	<b>9.241,27</b>	<b>10.317,94</b>

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.

A Direção  

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

A Direção

### ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2015		2014	
<b>Ativo não corrente</b>	740.119,70	97 %	762.264,49	93 %
<b>Ativo corrente</b>	19.391,09	3 %	61.606,71	7 %
<b>Total ativo</b>	<b>759.510,79</b>		<b>823.871,20</b>	

RUBRICAS	2015		2014	
<b>Capital Próprio</b>	520.014,35	68 %	557.354,65	68 %
<b>Passivo não corrente</b>	0,00	0 %	0,00	0 %
<b>Passivo corrente</b>	239.496,44	32 %	266.516,55	32 %
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>759.510,79</b>		<b>823.871,20</b>	

#### 4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Setúbal no período económico findo em quinta-feira, 31 de dezembro de 2015 realizou um resultado líquido de -340,30€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2015
Resultados Transitados	(340,30)

#### 5 - Expetativas Futuras

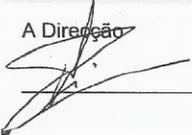
##### 5.1. Cenário macroeconómico

Para 2016 e 2017, as projeções do FMI apontam para uma melhoria ligeira do desempenho da economia mundial, assente na manutenção do crescimento das economias avançadas, e numa gradual retoma de crescimento das economias emergentes, especialmente os países emergentes asiáticos (sobretudo a Índia). Esta projeção aponta, contudo, para um crescimento menos robusto face à década de 2000, refletindo políticas económicas menos expansionistas, preços de matérias-primas mais baixos (exemplo manifesto do petróleo) e, também, o agravamento de tensões geopolíticas em alguns desses países (nomeadamente a crise síria e a instabilidade do Médio Oriente decorrente sobretudo das novas ameaças do designado islão político).

Estima-se que o crescimento da Europa e Ásia Central em desenvolvimento tenha abrandado para um nível mais baixo do que previsto em 2014 (2,1%) à medida que a recuperação hesitante na Zona Euro e recessão na Rússia colocam desafios adicionais. Contrariamente, o crescimento da Turquia superou as expetativas, crescendo aproximadamente 4,2% em 2015. Prevê-se que o crescimento nesta região (Europa e Ásia Central) recupere para os 3% em 2016, 3,5% em 2016 e 2017, mas com divergências significativas. A recessão na Rússia detém o crescimento na Comunidade dos Estados Independentes (ex-repúblicas soviéticas), enquanto uma recuperação gradual na Zona Euro deverá estabilizar o crescimento na Europa Central e Oriental ao longo do horizonte de previsão.

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para que em 2016 se prolongue a recuperação económica já visível no ano passado. As mais recentes projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade económica no período 2016-2017, após uma contração acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas.

A Direção



O Banco de Portugal no seu Boletim de Dezembro de 2015 projeta de que a partir do final de 2015, e ao longo do horizonte de projeção restante (2016 e 2017), a economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas (1,7% em 2016 e 1,8% em 2017). Esta previsão é corroborada pelo BCE.

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão tendencialmente manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. A recuperação do investimento empresarial deverá beneficiar, no entanto de alguma melhoria das expectativas de procura por parte das empresas e das condições de financiamento. De acordo com a previsão do Banco de Portugal, a dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações, a par de uma recuperação da procura interna, que será compatível com a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital. Por sua vez, o consumo privado deverá registar um período de estabilização durante os períodos económicos de 2016 e 2017. Também para o mesmo horizonte de projeção se prevê que a taxa de poupança se mantenha estável.

As exportações deverão manter um crescimento robusto, em linha com a procura externa de bens e serviços, mais dinâmico em 2016 e relativamente estável em 2017.

Relativamente ao mercado de trabalho é prevista uma melhoria deste indicador. No Orçamento do Estado para 2016 o Governo antevê uma taxa de desemprego de 11,2%, corroborando a perspetiva de descida moderada vaticinada pela OCDE.

Em Portugal a inflação deverá permanecer em níveis baixos. Após uma relativa estabilização dos preços em 2015, projeta-se um aumento progressivo dos preços em consonância com a recuperação económica.

No que concerne à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2016 e 2017 este item apresentará um crescimento sustentado.

No entanto, à semelhança do ocorrido para 2015, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global, das crises sociais e políticas europeias (veja-se a título de exemplo o Brexit ou a crise de relacionamento do governo polaco com as instituições europeias) e, em particular, da resposta institucional à crise da dívida soberana na área do euro.

Portugal terá de promover o desenvolvimento económico num quadro internacional ainda marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013 (resultado das crises financeira e das dívidas soberanas), e que se encontra ainda em processo de demorada reversão. Este desenvolvimento terá que passar necessariamente pelo aumento da eficiência do sistema judicial e pela redefinição do papel do Estado (está ainda por realizar a famigerada reforma do Estado com as consequências sociais, económicas e políticas daí resultantes), de forma a estimular o investimento e a inovação. As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso no período pós-processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento de forma sustentável da economia portuguesa, mantendo um consenso institucional e coesão social satisfatórios para todos os agentes económicos.

A instabilidade dos mercados ainda se mantém, mesmo depois do fim do programa de ajuda externa, estando ainda por definir, com a clarividência necessária, quais os mecanismos europeus de ajuda ao retorno aos mercados dos países intervencionados ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira e em que medida a Europa enquanto macrorregião e união política de estados se fará impor quer no plano geopolítico internacional quer na organização política interna.

## 5.2 Evolução previsível da sociedade

A Direção  


Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que futuro próximo a empresa evolua favoravelmente.

## 6 - Outras Informações

A Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Setúbal não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2015.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

## 7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Setúbal.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

**8 - Anexo ao Relatório de Gestão**

---

NÃO APLICÁVEL.

Setúbal, 16 de Março de 2016

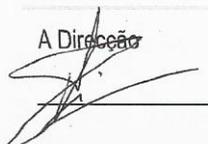
A Direcção  


**Demonstração dos Fluxos de Caixa -  
(modelo para ESNL) do período findo em 31  
-12-2015  
(montantes em euros)**

**Venerável Ordem Terceira de Nossa  
Senhora do Monte do Carmo de Setúbal**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		348.836,41	349.587,16
Pagamentos a fornecedores		376.016,87	345.708,33
Pagamentos ao pessoal	16	242.979,26	232.428,79
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(270.159,72)</b>	<b>(228.549,96)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(897,50)	
Outros recebimentos/pagamentos		267.916,93	259.048,60
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>(1.345,29)</b>	<b>30.498,64</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	5	3.532,43	24.006,54
<i>Investimentos financeiros</i>		354,85	
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>		2.000,00	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(1.887,28)</b>	<b>(24.006,54)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>	8	2.342,65	1.930,84
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(2.342,65)</b>	<b>(1.930,84)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(5.575,22)	4.561,26
Caixa e seus equivalentes no início do período		16.351,28	11.790,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10.776,06	16.351,28

A Direcção



2017



**Demonstração dos Resultados por Naturezas -  
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-  
2015  
(montantes em euros)**

**Venerável Ordem Terceira de Nossa  
Senhora do Monte do Carmo de  
Setúbal**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	10	343.816,61	353.325,63
Subsídios, doações e legados à exploração		181.003,97	179.151,42
Fornecimentos e serviços externos	18	(353.479,77)	(338.688,70)
Gastos com o pessoal	16	(247.372,50)	(231.031,84)
Outros rendimentos e ganhos	10	109.100,86	79.598,02
Outros gastos e perdas		(3.153,94)	(2.403,45)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>29.915,23</b>	<b>39.951,08</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(27.932,07)	(31.466,57)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1.983,16</b>	<b>8.484,51</b>
Juros e gastos similares suportados	8	(2.323,46)	(1.832,22)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(340,30)</b>	<b>6.652,29</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(340,30)</b>	<b>6.652,29</b>

A Direcção



70017



**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2015**  
(montantes em euros)

Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Setúbal

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
6	6	397.216,50		4.166,66	60.549,20			88.770,00	6.652,29	557.354,65		557.354,65
7												
8									(340,30)	(340,30)		(340,30)
9=7+8												
10												
10		397.216,50		4.166,66	67.201,49			51.770,00	(340,30)	520.014,35		520.014,35

A Direção



70017



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2015  
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	397.216,50		4.166,66	62.341,40			90.770,00	(1.792,20)	552.702,36		552.702,36
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(1.792,20)			(2.000,00)	1.792,20	(2.000,00)		(2.000,00)
2					(1.792,20)			(2.000,00)	1.792,20	(2.000,00)		(2.000,00)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								6.652,29	6.652,29		6.652,29
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								4.652,29	4.652,29		4.652,29
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Outras Operações		397.216,50								397.216,50		397.216,50
5												
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	6=1+2+3+5	397.216,50		4.166,66	60.549,20			88.770,00	6.652,29	557.354,65		557.354,65

A Direção



70017



RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	739.764,85	(7.643,49)
Bens do património histórico e cultural	5		769.907,98
Outros ativos financeiros		354,85	
		<b>740.119,70</b>	<b>762.264,49</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes		5.490,79	10.510,59
Estado e outros entes públicos		537,95	393,02
Outras contas a receber			31.693,27
Diferimentos		2.586,29	2.658,55
Caixa e depósitos bancários		10.776,06	16.351,28
		<b>19.391,09</b>	<b>61.606,71</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>759.510,79</b>	<b>823.871,20</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>	<b>17</b>		
Fundos		397.216,50	397.216,50
Reservas		4.166,66	4.166,66
Resultados transitados		67.201,49	60.549,20
Outras variações nos fundos patrimoniais		51.770,00	88.770,00
Resultado líquido do período		(340,30)	6.652,29
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>520.014,35</b>	<b>557.354,65</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		26.481,32	50.724,76
Estado e outros entes públicos	14	11.374,78	9.291,93
Financiamentos obtidos	8	40.500,00	35.917,65
Outras contas a pagar	16	161.140,34	170.582,21
		<b>239.496,44</b>	<b>266.516,55</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>239.496,44</b>	<b>266.516,55</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>759.510,79</b>	<b>823.871,20</b>

A Direção



70017  
407253485  
70017



**ANEXO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de  
Setúbal**

**ANO : 2015**

## ÍNDICE

- 1 - Identificação da entidade**
  - 1.1 Dados de identificação
- 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
  - 2.1 Referencial contabilístico utilizado
- 3 - Principais políticas contabilísticas**
  - 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
- 5 - Ativos fixos tangíveis**
  - 5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:
- 8 - Custos de empréstimos obtidos**
  - 8.4 Outras divulgações
- 10 - Rédito**
  - 10.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
- 14 - Impostos e contribuições**
  - 14.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:
  - 14.3 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições
- 16 - Benefícios dos empregados**
  - 16.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade
- 17 - Divulgações exigidas por diplomas legais**
  - 17.1 Informação por atividade económica
  - 17.2 Informação por mercado geográfico
  - 17.3 Decomposição e movimento dos fundos patrimoniais
  - 17.4 Outras divulgações exigidas por diplomas legais
- 18 - Outras informações**
  - 18.1 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

## Notas às Demonstrações Financeiras

**1 - Identificação da entidade****1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Setúbal  
Sede social: Avenida 22 de Dezembro, 3  
Endereço eletrónico: [otcarmosetubal@netcabo.pt](mailto:otcarmosetubal@netcabo.pt)  
Página da internet: [www.otcarmosetubal.org](http://www.otcarmosetubal.org)  
Natureza da atividade: Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento

## 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a quinta-feira, 31 de dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2014.

### 3 - Principais políticas contabilísticas

#### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com o ponto 9 - Locações das Entidades do Sector Não Lucrativo, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

## 5 - Ativos fixos tangíveis

## 5.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		123.183,80	130.130,78	30.225,00	52.591,79		795.456,04			1.131.587,41
Depreciações acumuladas		154.694,18	121.409,99	21.090,00	48.027,62		24.101,13			369.322,92
<b>Saldo no início do período</b>		<b>(31.510,38)</b>	<b>8.720,79</b>	<b>9.135,00</b>	<b>4.564,17</b>		<b>771.354,91</b>			<b>762.264,49</b>
<b>Variações do período</b>		<b>754.133,91</b>	<b>(2.515,42)</b>	<b>(3.045,00)</b>	<b>(4.439,07)</b>		<b>(766.634,06)</b>			<b>(22.499,64)</b>
<b>Total de aumentos</b>										
<b>Total diminuições</b>		<b>17.853,54</b>	<b>855,56</b>	<b>3.045,00</b>	<b>4.439,07</b>		<b>1.738,90</b>			<b>27.932,07</b>
Depreciações do período		17.853,54	855,56	3.045,00	4.439,07		1.738,90			27.932,07
<b>Outras transferências</b>		<b>771.987,45</b>	<b>(1.659,86)</b>		<b>0,00</b>		<b>(764.895,16)</b>			<b>5.432,43</b>
<b>Saldo no fim do período</b>		<b>722.623,53</b>	<b>6.205,37</b>	<b>6.090,00</b>	<b>125,10</b>		<b>4.720,85</b>			<b>739.764,85</b>
Valor bruto no fim do período		895.171,25	133.483,74	30.225,00	52.591,79		25.548,06			1.137.019,84
Depreciações acumuladas no fim do período		172.547,72	127.278,37	24.135,00	52.466,69		20.827,21			397.254,99

## Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		110.973,59	127.144,36	30.225,00	48.214,40		789.937,10			1.106.494,45
Depreciações acumuladas		138.817,63	119.348,60	18.045,00	41.002,43		20.642,69			337.856,35
<b>Saldo no início do período</b>		<b>(27.844,04)</b>	<b>7.795,76</b>	<b>12.180,00</b>	<b>7.211,97</b>		<b>769.294,41</b>			<b>768.638,10</b>
<b>Variações do período</b>		<b>(3.666,34)</b>	<b>925,03</b>	<b>(3.045,00)</b>	<b>(2.647,80)</b>		<b>2.060,50</b>			<b>(6.373,61)</b>
<b>Total de aumentos</b>										
<b>Total diminuições</b>		<b>15.876,55</b>	<b>2.061,39</b>	<b>3.045,00</b>	<b>66,44</b>	<b>6.958,75</b>	<b>3.458,44</b>			<b>31.466,57</b>
Depreciações do período		15.876,55	2.061,39	3.045,00	66,44	6.958,75	3.458,44			31.466,57
<b>Outras transferências</b>		<b>12.210,21</b>	<b>2.986,42</b>		<b>(2.581,36)</b>	<b>6.958,75</b>	<b>5.518,94</b>			<b>25.092,96</b>
<b>Saldo no fim do período</b>		<b>(31.510,38)</b>	<b>8.720,79</b>	<b>9.135,00</b>	<b>4.564,17</b>		<b>771.354,91</b>			<b>762.264,49</b>
Valor bruto no fim do período		123.183,80	130.130,78	30.225,00	52.591,79		795.456,04			1.131.587,41
Depreciações acumuladas no fim do período		154.694,18	121.409,99	21.090,00	48.027,62		24.101,13			369.322,92

**8 - Custos de empréstimos obtidos****8.4. Outras divulgações**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	<b>2.323,46</b>	<b>1.832,22</b>
Juros de financiamentos suportados	2.323,46	1.832,22
<i>Outros juros de financiamentos obtidos</i>	<i>2.323,46</i>	<i>1.832,22</i>

**10 - Rédito****10.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	343.816,61	353.325,63
<b>Total</b>	<b>343.816,61</b>	<b>353.325,63</b>

## 14 - Impostos e contribuições

## 14.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
<b>Resultado antes de impostos do período</b>	<b>(340,30)</b>	<b>6.652,29</b>
Imposto corrente		
Imposto diferido		
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>		
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		

## 14.3. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
<i>Pagamentos normais</i>	7,51			
IRC a receber / pagar			7,51	
Retenção de impostos sobre rendimentos		2.416,50		1.203,15
Outros impostos		50,53		50,53
Contribuições para a Segurança Social		8.907,75		7.582,59
Outras tributações	530,44		385,51	455,66
<b>Total</b>				

**16 - Benefícios dos empregados****16.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	247.372,50	231.031,84
Remunerações dos órgãos sociais	202.622,62	187.990,67
Encargos sobre as remunerações	41.515,80	37.288,16
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2.809,74	4.145,67
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	424,34	1.607,34

## 17 - Divulgações exigidas por diplomas legais

## 17.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
<b>Vendas</b>		
Prestações de serviços	343.816,61	343.816,61
Fornecimentos e serviços externos	353.479,77	353.479,77
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Número médio de pessoas ao serviço	25,00	25,00
Gastos com o pessoal	247.372,50	247.372,50
Remunerações	202.622,62	202.622,62
Outros gastos	44.749,88	44.749,88
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Valor líquido final	739.764,85	739.764,85
<b>Propriedades de investimento</b>		

## Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
<b>Vendas</b>		
Prestações de serviços	353.325,63	353.325,63
Fornecimentos e serviços externos	338.688,70	338.688,70
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Número médio de pessoas ao serviço	25,00	25,00
Gastos com o pessoal	231.031,84	231.031,84
Remunerações	187.990,67	187.990,67
Outros gastos	43.041,17	43.041,17
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Valor líquido final	762.264,49	762.264,49
<b>Propriedades de investimento</b>		

## 17.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
<b>Vendas</b>				
Prestações de serviços	343.816,61			343.816,61
Fornecimentos e serviços externos	353.479,77			353.479,77
Rendimentos suplementares:	11.832,00			11.832,00
Outros rendimentos suplementares	11.832,00			11.832,00

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	353.325,63			353.325,63
Fornecimentos e serviços externos	338.688,70			338.688,70
Rendimentos suplementares:	6.200,00			6.200,00
Outros rendimentos suplementares	6.200,00			6.200,00

## 17.3. Decomposição e movimento dos fundos patrimoniais

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
<b>Capital</b>	<b>397.216,50</b>			<b>397.216,50</b>
<b>Reservas</b>	<b>4.166,66</b>			<b>4.166,66</b>
Outras reservas	4.166,66			4.166,66
<b>Resultados transitados</b>	<b>60.549,20</b>		<b>6.652,29</b>	<b>67.201,49</b>
<b>Outras variações nos capitais próprios</b>	<b>88.770,00</b>		<b>(37.000,00)</b>	<b>51.770,00</b>
Subsídios	2.000,00		(2.000,00)	
Doações	86.770,00			86.770,00
<b>Outras variações</b>			<b>(35.000,00)</b>	<b>(35.000,00)</b>
<b>Total</b>	<b>550.702,36</b>		<b>(30.347,71)</b>	<b>520.354,65</b>

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
<b>Capital</b>	<b>397.216,50</b>			<b>397.216,50</b>
<b>Reservas</b>	<b>4.166,66</b>			<b>4.166,66</b>
Outras reservas	4.166,66			4.166,66
<b>Resultados transitados</b>	<b>62.341,40</b>		<b>(1.792,20)</b>	<b>60.549,20</b>
<b>Outras variações nos capitais próprios</b>	<b>90.770,00</b>		<b>(2.000,00)</b>	<b>88.770,00</b>
Subsídios	4.000,00		(2.000,00)	2.000,00
Doações	86.770,00			86.770,00
<b>Total</b>	<b>554.494,56</b>		<b>(3.792,20)</b>	<b>550.702,36</b>

## 17.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

- Prémios sobre os resultados com base em ações

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em ações, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

- Ações próprias

A Entidade não detém ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprios durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

---

## 18 - Outras informações

## 18.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	66.669,01	23.810,87
<b>Serviços especializados</b>	<b>136.774,59</b>	<b>111.328,89</b>
Trabalhos especializados	37.212,97	16.601,65
Vigilância e segurança	354,80	382,15
Honorários	67.802,84	62.904,53
Conservação e reparação	31.403,98	31.440,56
<b>Materiais</b>	<b>10.760,80</b>	<b>10.123,16</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.733,43	6.782,81
Livros e documentação técnica	580,41	588,13
Material de escritório	3.446,96	2.429,96
Outros		322,26
<b>Energia e fluidos</b>	<b>40.170,87</b>	<b>40.382,06</b>
Eletricidade	21.135,69	20.201,12
Combustíveis	13.713,21	16.493,50
Água	5.140,92	3.642,49
Outros	181,05	44,95
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>2.300,42</b>	<b>5.760,16</b>
Deslocações e estadas	1.115,00	2.778,30
Transportes de pessoal	552,47	1.808,31
Outros	632,95	1.173,55
<b>Serviços diversos</b>	<b>96.804,08</b>	<b>147.283,56</b>
Rendas e alugueres	8.603,99	7.262,75
Comunicação	7.482,36	6.606,08
Seguros	5.003,19	4.755,82
Contencioso e notariado	40,25	188,25
Despesas de representação	2.684,53	931,61
Limpeza, higiene e conforto	16.207,60	17.910,44
Outros serviços	56.782,16	109.628,61
<b>Total</b>	<b>353.479,77</b>	<b>338.688,70</b>